



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681242 - SP (2021/0225601-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : PEDRO PAULO AZZINI DA FONSECA FILHO
ADVOGADO : PEDRO PAULO AZZINI DA FONSECA FILHO - SP274173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALVARO APARECIDO RIBEIRO
CORRÉU : VAGNER GOIS BARROS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALVARO APARECIDO RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal nº 0000451-29.2017.8.26.0584).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos e 3 meses, em regime semiaberto, pela prática do crime descrito no artigo 297 c/c artigo 65, III, "d", do Código Penal, comutada em duas penas restritivas de direitos, consistentes na limitação de final de semana e prestação de serviço à comunidade.

Insurge-se o impetrante contra a decisão que não deferiu a conversão do julgamento em diligência para a análise de proposta de acordo de não persecução penal.

Requer, liminarmente, concessão ao ora paciente do direito de ter analisada por parte do *parquet* a aplicação de acordo de não persecução penal

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente